



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

MPCDF  
Fl.  
Proc.: 4482/2020  
Rubrica

**PARECER:** 169/2021–G4P/ML

**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 00600-00004482/2020-51

**EMENTA:** 1. REPRESENTAÇÃO Nº 49/2020-GPCF. NEPOTISMO. FUNÇÕES EXERCIDAS POR FAMILIARES, CONCOMITANTEMENTE, NA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF E NO INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - IGES-DF. DECISÃO Nº 3158/2020. CONHECIMENTO. PRAZO PARA ESCLARECIMENTOS. DECISÃO Nº 4346/2020. PERDA DE OBJETO DA REPRESENTAÇÃO, SEGUINDO POSICIONAMENTO DAS DECISÕES TCDF NºS 1592/2020, 86/2018, 91/2017, 119/2016 E 985/2014. PEDIDO DE REEXAME PELO MPC/DF. DESPACHO SINGULAR Nº 368/2020-GCPM. CONHECIMENTO. EFEITO SUSPENSIVO **EX LEGE**. NESTA FASE: ANÁLISE DO MÉRITO RECURSAL.

2. A UNIDADE TÉCNICA SUGERE O **PROVIMENTO** DO APELO, PARA REFORMAR A DECISÃO Nº 4346/2020, TORNANDO SEM EFEITO OS SEUS ITENS II E III.

3. PARECER DO **PARQUET ESPECIAL CONVERGENTE QUANTO À ANÁLISE DE MÉRITO DO APELO**. NO ENTANTO, EXISTÊNCIA DE QUESTÃO PRELIMINAR À APRECIACÃO DO RECURSO. CONCESSÃO DE PRAZO AOS ATINGIDOS EM POTENCIAL. ART. 283 DO RI/TCDF.

1. Tratam os autos em epígrafe da Representação nº 49/2020-G2P, acerca da possível ocorrência de **nepotismo e conflito de interesses**, em razão da ocupação da função de Chefe do Núcleo de Compras Diversas do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGES-DF), pela Sra. Larissa Barreto Ferraz Struck, esposa do Sr. Iohan Andrade Struck, então Subsecretário de Administração Geral (SUAG) da Secretaria de Estado de Saúde distrital (SES/DF). (peça 1 – e-DOC 3CDD422D)

2. Sobrevieram, contudo, à Representação o desligamento da Representada da função referida, bem como a exoneração do Sr. Iohan Struck, do cargo de SUAG da SES/DF, consoante relatado na Informação nº. 65/2020 - DIFIPE2 (peça 18 – e-DOC 8A8100BE).

3. Por esse motivo, em assentada sobre a matéria, esta Corte de Contas, por intermédio da Decisão nº 4643/2020 (peça 23 – e-DOC 392EB2A4), deliberou como segue:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por cumprida a Decisão nº 2.610/2020; II – considerar prejudicada, por perda de objeto,*



MPCDF  
Fl.  
Proc.: 4482/2020  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**a Representação n° 49/2020 - CF**, seguindo o posicionamento deste Tribunal esposado nas Decisões n°s 1.592/2020, 86/2018, 91/2017, 119/2016 e 985/2014; III – autorizar o arquivamento do feito.” (grifos acrescidos).

4. No voto proferido pelo Conselheiro Márcio Michel, foram esclarecidas as razões de decidir deste Tribunal, da forma que segue:

*“9. Nessa oportunidade, examina-se o mérito da Representação formulada pelo Parquet especializado.*

*10. Em atenção à Decisão n° 2.610/2020, foram apresentados os esclarecimentos contidos nos e-doc's CF48949C-c e 692DCA30-c (peças 15 e 17).*

*11. Ao compulsar os autos, julgo que não há reparo a fazer à análise da Unidade Técnica, cujo teor incorporo às minhas razões de decidir.*

***12. Com efeito, o entendimento desta e. Corte de Contas consolidou-se no sentido de considerar prejudicada a representação que aponta irregularidades relacionadas à possível prática de nepotismo, mas que, supervenientemente, perde o objeto diante da exoneração do servidor cuja designação era questionada.***

*13. Nesse sentido, trago à colação excerto do voto do e. Conselheiro Inácio Magalhães, condutor da Decisão n° 86/2018, proferida nos autos do Processo n° 37.774/2016, in verbis:*

*‘(...)*

*Conforme detalhado pela instrução processual, os autos baixaram em diligência, em assentada anterior, a fim de que se comprovasse a possível ocorrência de nepotismo. Ocorre que, conforme comprovado pelo próprio Ministério Público, a Representação em tela perdeu objeto, “diante da exoneração da Sra. Karina Rosso e da saída do Sr. Arthur Bernardes de Miranda da SEJUS/DF”.*

*Essa a realidade inconteste dos autos. Entendo que o caminho natural dos autos é o arquivamento, sem quaisquer outras consequências. Explico.*

*Segundo o Regimento Interno da Corte, o instituto da Representação se presta a examinar ilegalidades, irregularidades ou abusos praticados por órgãos e entidades sujeitos à jurisdição dessa Corte.*

*Ora, se houve perda de objeto, não há que se proceder a qualquer exame de mérito do feito, uma vez que o ato administrativo possivelmente maculado simplesmente deixou de existir, ante a superveniência da exoneração da servidora alhures citada.*

*De fato, assevera José dos Santos Carvalho Filho<sup>1</sup> que “se depois de praticado o ato desaparece seu objeto, ocorre a extinção objetiva”. Daí, pois, considerar-se que um ato extinto não pode servir de parâmetro para que se examine quaisquer efeitos secundários da presente Representação.*

*Ainda sobre o tema, não é demais repisar o entendimento do STF em tudo condizente com o que ora se expõe. Veja-se:*

***“DECISÃO RECLAMAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. ALEGADO DECUMPRIMENTO DA SÚMULA VINCULANTE N. 13. SUPOSTA SITUAÇÃO CARACTERIZADORA DE NEPOTISMO. POSTERIOR EXONERAÇÃO DE UM DOS SERVIDORES. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. RECLAMAÇÃO PREJUDICADA”<sup>2</sup>.***



MPCDF  
Fl.  
Proc.: 4482/2020  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*14. Impende registrar que esse entendimento não só fora adotado por este Tribunal nas Decisões 91/2017, 119/2016 e 985/2014, mas, também, recentemente, ratificado pela Decisão nº 1.592/2020, proferida na Sessão Ordinária nº 5.208, de 13.5.2020.*

*15. Ante o exposto, em harmonia com o Corpo Técnico, lamentando divergir do Parquet, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:*

*I. tenha por cumprida a Decisão nº 2.610/2020*

*II. considere prejudicada, por perda de objeto, a Representação nº 49/2020 - CF, seguindo o posicionamento deste Tribunal esposado nas Decisões nº s 1.592/2020, 86/2018, 91/2017, 119/2016 e 985/2014;*

*III. autorize o arquivamento do presente feito”. (grifos acrescentados)*

5. Irresignado com os termos desse **Decisum**, o MPC/DF interpôs Pedido de Reexame (peça 28 – e-DOC DF09181C), requerendo que se autorizasse a oitiva do então Diretor-Presidente do IGES-DF, responsável pela nomeação da Sra. Larissa Barreto Ferraz Struck para o cargo de Chefe do Núcleo de Compras Diversas, bem como da SES/DF, “*para que se manifestem acerca da possibilidade de aplicação de multa prevista no art. 57, inciso II, da LC nº 1/94, bem como a repercussão do fato nas contas a serem prestadas pelo IGESDF referentes ao exercício de 2020*”.

6. O pleito foi calcado no entendimento da grave ofensa que o nepotismo traz aos princípios da Administração Pública, mormente ao da moralidade administrativa, como se lê do excerto que segue:

*“Segundo a então Ministra do STF, e hoje aposentada, Ellen Gracie, a questão do nepotismo é uma das formas mais visíveis de ofensa ao princípio da moralidade administrativa (ADC/MC 12/DF). Do mesmo modo, manifestou-se o Senhor Ministro Celso de Mello (ADI 1521): ‘quem tem o poder e a força do Estado em suas mãos não tem o direito de exercer, em seu próprio benefício, a autoridade que lhe é conferida.’ Inequívoco, portanto, segundo o Decano da Suprema Corte, que “o nepotismo, além de refletir um gesto ilegítimo de denominação patrimonial do Estado, desrespeita os postulados republicanos da igualdade, da impessoalidade e da moralidade administrativa”.*

*Nessa toada, é inconteste o papel do controle externo nesta fiscalização, conforme defende o Egrégio TCU:*

*“O TCU confere grande importância à repressão ao nepotismo. Não se trata de órgão público que atua no âmbito externo de forma diferente da sua própria prática administrativa. (...). As decisões do TCU contra o nepotismo consagram os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade na administração pública. O órgão tem-se valido da força moral de suas posições para mostrar à sociedade que não há razão para se tolerar o desprestígio da administração pública, às vezes utilizadas por autoridades de diversos níveis, órgãos e entidades, como sua propriedade particular. Em especial, o TCU consagra sua competência para fiscalizar as nomeações para cargos de livre provimento e a responsabilização dos agentes públicos omissos em relação ao poder-dever de agir que lhes é inerente. No Brasil, o repúdio à prática do nepotismo não encontra força apenas na doutrina ou em preceitos de ordem moral. A vontade política da nação é claramente direcionada para o combate ao nepotismo, haja vista a orientação geral,*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*constitucionalmente estabelecida, de provimento de cargos públicos mediante concurso, além de extensa legislação proibitiva da contratação e manutenção de parentes em diversas situações. **Combater o nepotismo faz parte do esforço necessário à realização das escolhas legítimas do povo brasileiro.** Uma resposta adequada ao fenômeno do nepotismo somente será dada se obtida a mais ampla mobilização possível contra a indesejada prática. Mobilização de diferentes segmentos do setor público, da sociedade civil organizada e de cada cidadão, individualmente. Somente com esforços conjugados poder-se-á chegar ao afastamento de tão triste realidade da vida sócio-política brasileira. Todo cidadão pode e deve indignar-se com a prática do nepotismo. A nomeação indevida de parentes e amigos para ocupar cargos, empregos e funções públicas subtrai o direito legítimo de concorrer a posições públicas em condições isonômicas. Reduz a justa chance de ver a si mesmo e a seus filhos ocuparem cargos públicos, honrada e merecidamente. O cidadão brasileiro tem o direito de ter acesso ao melhor serviço público possível, bem como ver os cargos, empregos e funções públicas ocupados por pessoal que os honre e dignifique. A ação pró-ativa do cidadão pode ser materializada mediante denúncia aos órgãos competentes. (...)”.* (grifos originais e acrescidos)

7. Tendo, pois, por pressuposta a relevância da persecução a essa prática deletéria à Administração, o MPC/DF cotejou-a com o caso concreto trazido ao conhecimento deste Tribunal na Representação nº 49/2020-G2P, conforme se transcreve:

*“Nessa temática, portanto, que envolve o nepotismo, também as “circunstâncias” devem ser observadas, justamente porque, lamentavelmente, a prática pode envolver situações complexas, com contornos de difíceis comprovações. Tal anomalia foi enfrentada, por exemplo, pelo Decreto federal 7203/10, quando afirmou aplicar a tal vedação, quando existirem circunstâncias caracterizadores para burlar as restrições ao nepotismo.*

*Veja que na hipótese vertente, a investigação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, que culminou na Operação Falso Negativo, traz fortes indícios da participação do Sr. Iohan no esquema de compras de testes, inclusive com preocupação em relação à esposa<sup>3</sup>.*

*Transcrevo parte da matéria jornalística a respeito:*

*“Em uma mensagem, Iohan disse que estava “preocupado” com a possibilidade das investigações atingirem sua esposa, Larissa Ferraz Struck. Ele conversou sobre o tema com Eduardo Pojo, duas semanas após as primeiras buscas e apreensões.*

***À época, Larissa atuava na chefia do Núcleo de Compras do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF). Ela estava à frente da aquisição de testes para coronavírus para as unidades administradas pela organização: Hospital de Base, Hospital Regional de Santa Maria e Unidades de Pronto Atendimento (UPA’s).***

***Enquanto isso, Iohan era apontado como suspeito de irregularidades na compra dos testes para o restante da rede pública.** (...)”*

*Note-se que a esposa do então Subsecretário de Administração Geral da SES/DF foi nomeada para o cargo de Chefe do Núcleo de Compras Diversas do Instituto de Gestão Estratégica em Saúde do Distrito Federal – IGESDF, cujas atribuições muito se assemelham ao papel desempenhado pelo Sr. Iohan nas contratações de testes*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*rápidos, conforme destacado pela mídia, alhures referenciado: “Casal é responsável por compras milionárias na área da Saúde. Marido trabalha na Secretaria e mulher, no IGESDF”(...)*

*Além disso, como o IGESDF está vinculado à SES/DF, o MPC/DF considera que para esse fato, pode ser considerado para efeitos da Súmula Vinculante 13, já que não fosse assim considerado, teríamos a mesma fonte pagadora (orçamento da SES/DF) remunerando empregados parentes, mas que, apenas por estarem no IGESDF, fugiriam da regra que atinge servidores públicos, remunerados pelo mesmo orçamento. Note-se, ainda, o elevado risco que corre a Administração Pública, já que a SES deve fiscalizar o contrato de gestão, celebrado pelo IGES. No caso, todavia, a esposa estava na relevante função de Chefe do Núcleo de Compras Diversas do IGES/DF, enquanto o seu esposo figurava como Subsecretário de Administração Geral da SES/DF, ambos vinculados ao mesmo gestor, o então Secretário de Saúde do DF, preso na Operação Falso Negativo do MPDFT. (...)*” (grifos acrescidos)

8. Ante o entendimento pela antijuridicidade da conduta, o MPC/DF sustentou que, inobstante a exoneração dos Representados dos seus respectivos cargos, eles deveriam ser multados, “por infringência à Constituição Federal e aos princípios que regem o bom e regular exercício da Administração Pública”. **In verbis:**

*“Com efeito, resta configurada a procedência da Representação e, não, a perda do objeto, visto que a irregularidade cometida, em processo de controle externo, por ser interesse indisponível, deve gerar a irregularidade de contas e a aplicação das penalidades cabíveis, não havendo que se falar em perda superveniente de interesse processual”.*

9. A endossar esse entendimento, apresentou-se, no Recurso, os seguintes julgados:

*“A título de exemplo pela similitude com a hipótese presente, tem-se: Enunciado-CGU/CCC 2, de 04/05/2011:*

*“Ex-servidor. Apuração. A aposentadoria, a demissão, a exoneração de cargo efetivo ou em comissão e a destituição do cargo em comissão não obstam a instauração de procedimento disciplinar visando à apuração de irregularidade verificada quando do exercício da função ou cargo público.”*

*Do mesmo modo, em face da gravidade da situação, que é indiscutível, tem-se precedente do STJ, que admitiu a conversão da exoneração em pena de destituição de cargo em comissão, por exemplo:*

*“V - Isso porque os fatos apurados são de extrema gravidade e causaram vultosa lesão ao erário que poderia ter sido evitada pelo impetrante. Demais disso, as condutas a ele imputadas estão devidamente corroboradas pelas provas produzidas no procedimento administrativo disciplinar, revelando-se o ato destitucional devidamente motivado de acordo com a ordem jurídica, além de razoável e proporcional para a hipótese em julgamento” Segurança denegada.*

*(MS 14.534/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 04/02/2010)*

*(...)*

*Ressalte-se, também, importante precedente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: “*





MPCDF  
Fl.  
Proc.: 4482/2020  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

1. Processo n.: REP-10/00673364

...) 6. Acórdão n.: 0355/2012 VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à Representação acerca de irregularidades praticadas na Prefeitura Municipal de Papanduva. (...) 6.1. Considerar irregular, com fundamento no art. 36, § 2º, alínea “a”, da Lei Complementar n. 202/2000, a prática de nepotismo, em face da nomeação para cargos em comissão dos servidores Ângela Maria Poma da Cruz Koehler, Adalberto Wiliczinski e Selma Adriana Berlande, todos com vínculos de parentesco com outros servidores ocupantes dos cargos de Assessoria e Secretários, em afronta ao art. 1º da Lei (municipal) n. 1.874/2009 e à Súmula Vinculante n. 13 do Supremo Tribunal Federal. 6.2. Aplicar ao Sr. Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal de Papanduva, CPF n. 381.890.039-68, com fundamento no art. 70, II, da Lei Complementar n. 202/2000 c/c o art. 109, II, do Regimento Interno, a multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em razão da prática de nepotismo, em face da nomeação para cargos em comissão dos servidores Ângela Maria Poma da Cruz Koehler, Adalberto Wiliczinski e Selma Adriana Berlande, todos com vínculos de parentesco com outros servidores ocupantes dos cargos de Assessoria e Secretários, em afronta ao art. 1º da Lei (municipal) n. 1.874/2009 e à Súmula Vinculante n. 13 do Supremo Tribunal Federal, fixando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Acórdão no Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas, para comprovar ao Tribunal o recolhimento da multa ao Tesouro do Estado, sem o que, fica desde logo autorizado o encaminhamento da dívida para cobrança judicial, observado o disposto nos arts. 43, II, e 71 da Lei Complementar n. 202/2000.””

10. Em juízo de admissibilidade, no Despacho Singular nº 368/2020 – GCPM, proferido pelo Exmo. Sr. Relator, Conselheiro José Roberto de Paiva Martins (peça 33 – e-DOC EA799851), conheceu-se do Pedido de Reexame ministerial, atribuindo-lhe efeito suspensivo **ex lege**, com esteio na Informação nº 230/2020-NUREC (peça 31 – e-DOC 918090F4).

11. Ato contínuo, no exame das razões recursais, o Corpo Instrutivo, por meio da Informação nº 23/2021 – NUREC (peça 35 – e-DOC 289CDABA), concluiu, em breves linhas, da seguinte forma:

“(…)

IV – Conclusão

35. Feitas essas considerações, verifica-se que o Enunciado-CGU/CCC 2, os precedentes do STJ e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, citados pela recorrente (§ 9º anterior), bem como os julgados do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Tribunal de Contas da União, apontados nos §§ 24 e 25 anteriores, são suficientes para demonstrar a necessidade de análise do mérito da Representação nº 49/2020-GPCF.

V – Sugestões

36. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

I. tomar conhecimento da Informação nº 023/2021 – NUREC;

II. no mérito, dar provimento ao Pedido Reexame apresentado pelo MPjTCD (peça 29), para reformar a Decisão nº 4346/2020, tornando sem efeito os itens II e III da



MPCDF  
Fl.  
Proc.: 4482/2020  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*Decisão nº 4346/2020, com a devolução do processo à SEFIPE, para exame de mérito da Representação nº 49/2020-GPCF; (...)” (Grifos acrescidos).*

12. Em sequência, conforme o Despacho Singular nº 53/2021 – GCPM, os autos foram encaminhados a este **Parquet** especial para emissão de Parecer.

13. É o que basta relatar. Passo à análise do feito.

14. **Ab initio**, informo que a atual etapa processual se prestaria à apreciação do Pedido de Reexame interposto pelo MPC/DF, em face da Decisão nº 4.346/2020, que considerou prejudicada, por perda de objeto, a Representação nº 49/2020-G2P.

15. Conforme já relatado, citada Representação apontou a ocorrência de nepotismo e conflito de interesses quando da ocupação da função de Chefe do Núcleo de Compras Diversas do IGES, pela Sra. Larissa Barreto Ferraz Struck, esposa do Sr. Iohan Andrade Struck, então SUAG da SES/DF.

16. Sobreveio à Representação, entretanto, a informação de que ambos os Representados foram desligados de seus cargos, culminando, pois, na conclusão, por parte desta Corte de Contas, da perda do objeto processual.

17. Na análise de mérito do Recurso ministerial, levado a cabo na Informação nº 023/2021 – NUREC, o Corpo Técnico, opinou por seu provimento, “*para reformar a Decisão nº 4346/2020, tornando sem efeito os itens II e III da Decisão nº 4346/2020, com a devolução do processo à SEFIPE, para exame de mérito da Representação nº 49/2020-GPCF*”.

18. Por coadunar integralmente com a análise empreendida pelo Corpo Técnico quanto ao mérito do apelo, transcreve-se trecho da Informação, seguida das considerações deste **Parquet** especial:

*“18. A controvérsia nos autos deve ser dirimida diante de teses antagônicas. Segundo o MPJTCDF, a exoneração não ocasiona perda de objeto, diante a infringência à Constituição Federal e aos princípios que regem o bom e regular exercício da Administração Pública. Já a Decisão nº 4348/2020 foi tomada seguindo o raciocínio de que “possível prática de nepotismo (...) perde o objeto diante da exoneração do servidor cuja designação era questionada.”*

*19. Assim, foi juntada jurisprudência no sentido da perda do objeto, conforme transcrições precedentes.*

*20. Entretanto, é preciso analisar as peculiaridades do caso.*

*21. Conforme salientou a recorrente, houve infringência à Constituição Federal, mormente aos princípios da impessoalidade, da moralidade, da isonomia e a regra da vedação à exposição da Administração Pública a eventuais conflitos de interesse pois, considerando a indisponibilidade do interesse público, não há que se falar em perda superveniente de interesse processual<sup>5</sup>.*

*22. Nesse desejo, juntou ao recuso os precedentes constantes do § 9º anterior.*

*23. No mesmo sentido, encontram-se os seguintes posicionamentos.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

24. O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nas Apelações Cíveis nº 1.0479.07.120381-8/001 e 1303818-07.2007.8.13.0479, Relator Des. Oliveira Firmo (7ª Câmara Cível), em 25/2/2019, à unanimidade, cumprindo determinação do STJ, deu parcial provimento à apelação, considerando o nepotismo como ato de improbidade administrativa<sup>6</sup>, in verbis:

*“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - NEPOTISMO - SÚMULA VINCULANTE Nº 13 - OFENSA A PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - APLICAÇÃO DE SANÇÕES. 1. Configura-se ato de improbidade administrativa aquele que fere direta ou indiretamente os princípios constitucionais e legais da administração pública, independentemente da existência de enriquecimento ilícito ou de lesão ao erário público. Imperioso, para tanto, o dolo genérico - vontade livre e consciente do agente em praticar a conduta descrita na lei -, prescindível, para tanto, a existência de dano material ao erário. Inteligência do art. 11, da Lei federal nº 8.429/1992. 2. Prescinde de lei em sentido formal a proibição da prática do nepotismo, vez que tal emerge do art. 37 da Constituição Federal (CF). 3. A Súmula Vinculante nº 13 veda o nepotismo em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 4. Na fixação das sanções por ato de improbidade administrativa, deverão ser considerados a gravidade da conduta, o proveito patrimonial obtido e a extensão do dano (art. 12 da Lei federal nº 8.429/1992).*

25. O TCU, em sede de denúncia de nepotismo cruzado, considerou que a proibição deriva diretamente dos princípios inseridos no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobretudo impessoalidade, eficiência e moralidade, e que o desligamento não é capaz de sanear o ato já praticado, tornando imperiosa a aplicação das pertinentes sanções<sup>7</sup>.

**TCU - GRUPO I – CLASSE VII – Plenário - TC 008.043/2015-9**

**SUMÁRIO: DENÚNCIA. NEPOTISMO CRUZADO. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. MULTA. CIÊNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E AO TCE/GO.** 1. Nepotismo caracteriza-se quando, a partir do exame das relações de poder em determinado ente público, revela-se nomeação, para cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, de companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de agente público cuja posição é capaz de assegurá-la, no órgão que labora ou, mediante reciprocidade de nomeações ou designações, em outro órgão ou ente público, não constituindo elemento essencial para caracterização do ilícito o parentesco entre a autoridade nomeante e o agente nomeado. 2. Proibição de nepotismo deriva diretamente dos princípios inseridos no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobretudo impessoalidade, eficiência e moralidade.

**RELATÓRIO (Em parte)**

(...)

Uma vez configurado o nepotismo cruzado, em afronta aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade administrativa, o desligamento da Sra. Camila Gurgel Pereira da Silva Cruvinel do Sebrae/GO, menos de três meses após sua nomeação, não é capaz de sanear o ato já praticado.

Por essas razões, considero procedente a denúncia e aplico ao sr. Igor Montenegro Celestino Otto a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 30.000,00.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*Levanto o sigilo destes autos, tendo em vista o disposto no art. 55, caput, da Lei 8.443/1992.*

*Feitas essas considerações, acolho a proposta formulada pela unidade instrutiva e voto por que seja adotado o acórdão que submeto a este Colegiado.*

**ACÓRDÃO**

*VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de denúncia a respeito de suposta prática de nepotismo cruzado, no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás (Sebrae/GO) e na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, no exercício de 2015;*

*ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 53 da Lei 8.443/1992, 234 e 235 do RITCU e 37, caput, da CF/88 e ante as razões expostas pelo Relator, em:*

*9.1. conhecer da presente denúncia para, no mérito, considerá-la procedente;*

*9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Igor Montenegro Celestino Otto (CPF \*\*\*.026.071-\*\*), Diretor Superintendente do Sebrae/GO;*

*9.3. aplicar a Igor Montenegro Celestino Otto (CPF \*\*\*.026.071-\*\*), a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, “a”, do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;*

*9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;*

*9.5. levantar o sigilo destes autos, tendo em vista o disposto no art. 55, caput, da Lei 8.443/1992;*

*9.6. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao denunciante, ao Ministério Público do Estado de Goiás e ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás; e*

*9.7. arquivar o processo.”*

**26. Importante salientar que a DIFIPE2, mediante a Informação nº 65/2020 (§ 20 da peça 18), registrou que, ao examinar representação de idêntico teor a destes autos no Processo TCDF nº 00600-00004518/2020-04-e, propôs a adoção de regra antinepotismo específica no tocante às nomeações ou designações para cargos em comissão ou funções gratificadas no âmbito da SES/DF e do IGESDF (ou mesmo aquelas já concretizadas, como exemplo pedagógico da medida), buscando-se aderência aos princípios constitucionais albergados pela Súmula Vinculante nº 13-STF<sup>8</sup>, sem prejuízo, ainda, do disposto no Decreto distrital nº 32.751/2011<sup>9</sup>, para desestimular (se não eliminar) possíveis práticas de tráfico de influência, apadrinhamento ou troca de favores nos respectivos âmbitos, como também afastar questionamentos sobre eventuais conflitos de interesses.**

**27. O MPJTCDF, destacou o incontestável papel do controle externo nesta fiscalização, e transcreveu relevante excerto da Revista do TCU 107:**

*“O TCU confere grande importância à repressão ao nepotismo. Não se trata de órgão público que atua no âmbito externo de forma diferente da sua própria prática administrativa. (...)”*

**28. Na esteira desse esforço e mobilização necessários para combater o nepotismo, foi que a DIFIPE2 propôs a adoção de regra específica no tocante à**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**SES/DF e IGESDF para combate a tal prática. No mesmo sentido são as preocupações do MPjTCDF e, dadas as peculiaridades do presente caso, é necessário perquirir com mais profundidade o assunto.**

29. Segundo Humberto Theodoro Júnior, a perda do objeto é o argumento utilizado para extinguir o processo quando houver algum evento posterior que venha a causar prejuízo à solução de questão pendente, impedindo-a de relevância atual<sup>11</sup>.

30. Ocorre que, dentro da competência constitucional atribuída à Câmara Legislativa do Distrito Federal, com auxílio do Tribunais de Contas, encontram-se funções básicas como a informativa, a judicante, a corretiva e a sancionadora, cabendo às Cortes de Contas orientar e determinar aos seus jurisdicionados o cumprimento da lei, aplicando-lhes sanções no caso de ilegalidade ou irregularidades praticadas.

31. Desse modo, **além de outros aspectos como os fortes indícios de participação do Sr. Iohan Struck em compras de testes, inclusive com preocupação em relação à esposa, o que se pretende coibir é a indesejada prática de nepotismo que mina o interesse público, a fim de que tal conduta seja eliminada no âmbito da Administração distrital.**

32. Por esse motivo, considera-se que, **ainda que tenha havido a exoneração, o ato jurídico de nomeação foi praticado em desacordo com a norma basilar de nossa sociedade, a Constituição Federal, e tal conduta continua sendo passível de apreciação pelo controle externo, exercido por esta Corte,** pois os atos praticados ocasionaram efeitos prejudiciais na gestão do ente administrativo, tanto que, no caso presente, como frisa o MPjTCDF, poderia haver interesse patrimonial agravando a conduta dos envolvidos.

33. Ainda, o MPjTCDF destacou, mediante Parecer nº 849/2020-CF (peça 21), que o afastamento do casal somente ocorreu em face da Operação Falso Negativo, com claro conflito de interesse e risco para a Administração Pública.

34. Pontuou ainda que “tratando-se o IGES de serviço social autônomo impuro, apenas no nome, pois sobrevive integralmente de repasse de recursos públicos, deve sofrer o influxo de todas as normas de Direito Público. Ademais, por sua vinculação normativa à SES/DF, é possível inferir que a nomeação de cônjuges implica em claro nepotismo.”

**IV – Conclusão**

35. Feitas essas considerações, verifica-se que o Enunciado-CGU/CCC 2, os precedentes do STJ e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, citados pela recorrente (§ 9º anterior), bem como os julgados do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Tribunal de Contas da União, apontados nos §§ 24 e 25 anteriores, são suficientes para demonstrar a necessidade de análise do mérito da Representação nº 49/2020-GPCF.” (grifos originais e acrescidos)

19. Na visão do MP de Contas, irretocável a manifestação da Unidade Técnica quanto ao mérito do apelo.

20. A vedação à prática do nepotismo, na esfera distrital, é preceituada na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), **in verbis**:

*“Art. 19. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade,*



MPCDF

Fl.  
Proc.: 4482/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*publicidade, razoabilidade, motivação, participação popular, transparência, eficiência e interesse público, e também ao seguinte:*

*(...)*

*§ 9º Fica vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada, na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes do Distrito Federal, compreendido na vedação o ajuste mediante designações recíprocas.*

*§ 10. A vedação de que trata o § 9º não se aplica aos ocupantes de cargo efetivo da carreira em cuja estrutura esteja o cargo em comissão ou a função gratificada ocupada. (...)* (Grifos acrescidos)

21. A matéria também é regulamentada pelo Decreto nº 32.751/2011, o qual, no inciso I do seu art. 2º, dá o conceito de nepotismo como “*a nomeação de familiar para o exercício de cargo em comissão ou de confiança no âmbito do Poder Executivo*”.

22. Outrossim, o parágrafo único do art. 3º desse normativo **amplia** o alcance do normativo para todas aquelas situações que possam caracterizar ajuste para burlar as restrições legalmente previstas ao nepotismo, como indica ser o caso aventado na Representação nº 49/2020-G2P. A propósito:

*“Art. 3º São proibidas as nomeações, contratações ou designações para cargo em comissão ou função de confiança e atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, de:*

*I - familiar de autoridade administrativa, no âmbito de toda a Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal;*

*II - familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito do mesmo órgão ou entidade.*

*§ 1º Aplicam-se também as vedações deste Decreto quando existirem circunstâncias caracterizadoras de ajuste para burlar as restrições ao nepotismo, especialmente mediante nomeações ou designações recíprocas, envolvendo órgão ou entidade da Administração Pública do Distrito Federal. (...)* (Grifos acrescidos)

23. Salienta-se que, nos termos do art. 6º do Decreto ora em comento, quando “[c]onstatada a existência de nepotismo, o titular do órgão ou entidade deve providenciar ou solicitar, conforme o caso, a imediata exoneração ou dispensa do servidor público ou empregado”. Além disso, em caso de burla à vedação ao nepotismo, as autoridades competentes devem ser notificadas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, “*sem prejuízo da responsabilidade permanente dos servidores ou autoridades investidas no cargo ou função de confiança, de zelar pelo cumprimento deste Decreto, assim como de apurar situações irregulares, de que tenham conhecimento, nos órgãos e entidades correspondentes*”.

24. É oportuno salientar, que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do AgInt no AREsp 1522453/SE (Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 18/12/2020), entendeu a infração em questão como **ato de improbidade que atenta contra os**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA PROCURADORIA**

**princípios da Administração Pública**, ao asseverar que “[n]os termos da jurisprudência do STJ, a prática de nepotismo configura **grave ofensa aos princípios da administração pública, em especial aos princípios da moralidade e da isonomia**, enquadrando-se, dessa maneira, no art. 11 da Lei n. 8.429/1992”.

25. Assim, resta **clara a relevância do revolvimento do contexto em que os atos se deram**, com vistas a se ponderar, com propriedade, as responsabilidades dos envolvidos, sempre tendo em conta o interesse público.

26. Com efeito, como bem pontuado pela Unidade Técnica “*ainda que tenha havido a exoneração [dos Representados], o ato jurídico de nomeação foi praticado em desacordo com a norma basilar de nossa sociedade, a Constituição Federal, e tal conduta continua sendo passível de apreciação pelo controle externo, exercido por esta Corte, pois os atos praticados ocasionaram efeitos prejudiciais na gestão do ente administrativo, tanto que, no caso presente, como frisa o MPJTCDF, poderia haver interesse patrimonial agravando a conduta dos envolvidos*”. (Grifos acrescidos)

27. Esse entendimento é embasado no fato de que os Representados, **casados**, desempenhavam funções equivalentes, um na **SES/DF** e outro no **IGES-DF**, relacionadas à ordenação de despesas do órgão/entidade, **sendo que o Instituto é mantido com recursos distritais e supervisionado por aquela Pasta**.

28. Entendo que esse fato por si só seria suficiente para **agravar a afronta aos princípios basilares de Administração, mormente o da moralidade, já patente nos casos de nepotismo**. Não bastasse isso, acrescente-se que o Representado, Sr. Iohan Struck é **investigado por crimes relativos a suposto superfaturamento na aquisição de testes rápidos para a SES/DF, praticados em período próximo àquele em que sua esposa desempenhava função, no IGES, similar a sua, na SES-DF**. Na oportunidade, o servidor foi, inclusive, **segregado cautelarmente** pelo Poder Judiciário, no curso da Operação Falso Negativo.

29. Deveras, verifico que, inobstante não mais ocupantes das funções que ensejaram a Representação exordial desses autos, o contexto em que os fatos se deram - **em especial se considerada a possibilidade de que as nomeações dos Representados ocorreram em tentativa de burla à vedação à prática do nepotismo** - reforçam a imperatividade da persecução da responsabilidade dos agentes envolvidos. Isso também para que, parafraseando o externado pelo Corpo Técnico, esse tipo de comportamento, que mina o interesse público, seja extirpado da Administração Pública.

30. No entanto, **apesar de convergir com o Corpo Técnico acerca análise atinente ao mérito do recurso**, é de se observar que o Conselheiro-Relator, ao realizar a admissibilidade do recurso por meio de Despacho Singular, **não concedeu prazo aos recorridos para apresentação de contrarrazões**. A esse respeito, assim dispõe o art. 283 do RI/TCDF:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

MPCDF  
Fl.  
Proc.: 4482/2020  
Rubrica

*“Art. 283. O recurso, inclusive o interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal, tendente a agravar a situação de outro interessado ou instalar o conflito de interesses, será objeto de comunicação ao atingido em potencial, para oferecer contrarrazões recursais, com prazo igual e improrrogável para todos os interessados e atingidos, facultando-lhes a apresentação de novos documentos.”*

31. Relembre-se que, no momento em que a Exordial foi conhecida pelo Plenário, deu-se conhecimento dos fatos “ao Diretor-Presidente e à Chefe do Núcleo de Compras Diversas do IGES/DF”, demandando a apresentação de esclarecimentos acerca do teor da peça.

32. Assim, apesar de convergir com o Corpo Técnico no tocante ao mérito do recurso, entende o **Parquet** que há uma **questão preliminar** a ser solucionada pelo Plenário previamente à apreciação das razões do apelo, tendo em vista que o Despacho Singular que conheceu do recurso **não ofereceu prazo aos atingidos em potencial** para apresentação de contrarrazões. Portanto, **in casu**, a comunicação não apenas do Diretor-Presidente ao IGES-DF à época dos fatos, mas também dos Srs. Iohan Andrade Struck e Larissa Barreto Ferraz Struck, é medida que se impõe.

33. Ante o exposto, ressalvada a questão preliminar à apreciação da matéria de fundo contida no recurso, acima destacada, este **Parquet** especial **converge** com a análise de mérito descortinada pela percuciente Unidade Técnica em sua Informação nº 023/2021 – NUREC.

É o Parecer.

Brasília, 19 de março de 2021.

**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador-Geral